

Doutrina da Informação

JOSIAS ARGONS

Nosso intuito, escrevendo êste trabalho, é chamar a atenção do leitor para um assunto que, em nosso país, a autoridade civil ainda desconhece, apesar dos inestimáveis serviços que pode prestar-lhes.

Únicamente as esferas militares o estudam e, assim mesmo, de maneira que nos parece incompleta. E' a *informação*. Empres-tam elas por fôrça de suas altas finalidades maior ênfase às informações militares, que se dividem em estratégicas e táticas. Entretanto, para mais perfeito conhecimento, não se poderá deixar de considerar com menor interêsse as informações políticas, econômicas, psico-sociais, bem como o estudo da técnica de sua produção, etc.

Conforme salientamos em nosso trabalho "Segurança Nacional", onde dedicamos um capítulo especialmente à Informação, muitas empresas particulares já vêm sentindo o papel importante que ela representa. Assim, vê-se as que exploram os chamados "Crediários" ao trocarem informações reservadas sôbre os que são candidatos a gozar dos favores concedidos aos seus freguezes.

Os estabelecimentos bancários não poderiam funcionar sem correr grande risco, se não dispusessem de uma bem organizada seção de informações capaz de prestar, no tempo oportuno, os esclarecimentos necessários sôbre a situação financeira dos seus clientes e da aplicação que pretendem dar aos empréstimos que pleiteiam.

Existe já o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), ao qual seria aconselhável recorrer quando se quiser realizar um negócio de vulto e não se conhecer perfeitamente bem o outro contratante.

O QUE É INFORMAÇÃO

Informação e *Informe* têm logicamente o mesmo significado, isto é, querem dizer: comunicação, notícia, parecer, pesquisa, etc.

No entanto, conforme ensina o que já se pode denominar de — Doutrina da Informação — têm êsses dois têrmos sentidos bem diferentes.

Dessa maneira, *Informe* é a descrição de um fato assim como foi visto. Por mais completa que seja a descrição feita nem por isso perde êle sua característica de informe. Entretanto, se êle fôr cotejado com outros informes colhidos e que se relacionam entre si, auxiliará melhor a compreensão de tal fato. Êsse cotejo entre os informes se realiza através do complexo processo de elaboração mental cujo resultado é a *Informação*. Como se vê, os informes integram, constituem a informação.

Quando considerada pelos escalões superiores, uma *Informação* pode ser julgada um *Informe*, se comparada a outros elementos de que tais escolões dispõem, a fim de lhes permitir tirar ilações finais.

Diz-se que os *Informes* são os ingredientes, a “matéria-prima” e as *Informações*, os produtos elaborados.

CONCEITUAÇÃO DA INFORMAÇÃO

SHERMAN KENT, professor da Universidade de Yale, em seu livro “Strategic Intelligence for American World Policy”, entende que a Informação é mais do que o simples conhecimento. É o *conhecimento adquirido*, isto é, houve intenção e esforço para consegui-lo.

Ninguém se esforçaria para conhecer como um fato se passou, ou em colhêr detalhes a respeito de um assunto, se não tivesse um objetivo. Por isso, KENT afirma:

“Reconhece-se que a *Informação* não é conhecimento pelo simples fato de se conhecer, mas sim pelo que tem de prático para emprender-se uma ação”.

O dicionário Lelo Universal, em dois volumes, no volume I. fls. 1.353, sôbre informação traz a seguinte nota bastante interessante:

“Encicl. Dir. A informação, distinta da instrução, designa especialmente os *informes precisos* que, nos primeiros momentos de um crime ou delito, colhem os agentes da policia judiciária, antes que o juiz da instrução se ocupe do caso”. (Nosso o grifo)

Se ocorrer um crime em plena via pública, é evidente a necessidade que terá o Poder Público, a fim de reorganizar a ordem e punir o culpado, de conhecer como fato se passou e por que — a *motivação*. Antes de qualquer medida da parte do Poder

Judiciário, compete à autoridade policial colhêr das testemunhas do fato e dos indícios existentes os esclarecimentos sôbre as circunstâncias em que êle se verificou — os *informes*. A essa mesma autoridade caberá, ainda usando sua experiência adquirida no exercício da profissão e sua argúcia, ou melhor, empregando tôdas as suas qualidades pessoais os *reativos*, aquilatar o valor e a importância dos informes colhidos, para chegar a uma conclusão lógica sôbre o assunto. E' a *informação*. De posse dessa informação é que a autoridade judiciária irá decidir.

FASES DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO MENTAL DA INFORMAÇÃO

Necessidade de se conhecer como o fato de passou	Motivação
Esclarecimentos das testemunhas do fato e indícios existentes	Informes
Experiência e argúcia da autoridade policial (qualidades pessoais)	Reativos
Conclusão da autoridade policial	Informação

O PAPEL DA INFORMAÇÃO

Pode-se afirmar sem receio de exagêro que a informação constitui um elemento indispensável à vida do homem.

No lar, desde cedo, seus familiares dão-lhe informações sôbre como deverá comportar-se na sociedade, sôbre bons costumes, etc.; na escola, os mestres outra coisa não fazem mais que informá-lo a respeito dos mais variados assuntos.

Se alguém pretende empreender uma viagem, colhe previamente informações a respeito dos meios de condução de que poderá dispor, quais os mais rápidos, os mais confortáveis, seu preço, etc. Procurará conhecer os lugares por onde passará e,

principalmente, aquêles para onde vai; quais as condições sócio-culturais e econômicas da população; as condições climatéricas, o aspecto da cidade, etc.

Se tiver necessidade, acaso, de mudar de residência, tudo fará para conhecer o nível social dos moradores do bairro, que serão novos vizinhos; quais os melhores fornecedores, os meios de condução que terá à sua disposição, os meios de diversão, etc. Ora, fazendo tudo isso e da maneira mais natural e espontânea, não estaria senão colhendo informações.

Diante do que foi dito até agora, vemos que se a informação é tão importante para a vida do indivíduo e de sua família, como não se avulta essa importância quando quem dela necessita é o Estado, em face dos complexos e múltiplos problemas que tem de atender.

A guerra de 1939 a 1945 deixou ensinamentos preciosos sobre o papel que representa a Informação para a segurança de uma nação.

Um caso muito comentado na imprensa mundial, geral e especializada, foi o ataque arrasador das forças aéreas japonesas contra a base aero-naval americana, de Pearl Harbour, no Havai.

Os americanos nem chegaram a esboçar uma leve reação, foram totalmente apanhados de surpresa, embora houvesse indícios veementes de um possível ataque japonês.

Técnicos militares que estudaram a questão foram unânimes em concluir que toda essa tragédia fôra motivada pela falta de uma agência de informações que, em tempo, colhesse e interpretasse todos os informes capazes de denunciar os planos japoneses.

A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO

A informação "no nível mais alto de uma Nação deve estar em condições de propiciar à Política de Segurança Nacional (1) e necessário conhecimento para que se ajuste com oportunidade à variação estratégica da Conjuntura".

Em um país como o Brasil, de tão vasta extensão territorial, onde as regiões sul, centro, nordeste e norte apresentam entre si condições geopolíticas, econômicas e culturais tão diferentes; onde os meios de comunicação deixam tanto a desejar, a fim de que o Governo central esteja capacitado a ter uma ação efetiva e oportuna, é inteiramente indispensável fique êle informado, no tempo devido, sobre os fatos que ocorrem nesses lugares, suas causas e conseqüências.

Já se pode falar que existe uma — Comunidade de Informações — em nosso país. Incipiente, é verdade, mas que vem desempenhando suas árduas funções com verdadeiro ideal patriótico, embora lute com a incompreensão quando não a inteira indiferença dos Órgãos Administrativos que deveriam conhecer o assunto, ou procurar conhecê-lo.

Não se pode ter informação sem gastos e bons observadores — informantes, sem custear-lhes as despesas que fazem para realizar seu trabalho, aliás, bastante delicado, difícil e anônimo.

Os que o realizam são cidadãos imbuídos do mais elevado espírito cívico e que visam à preservação de nossas Instituições Políticas. Informam êles as autoridades que têm a seu cargo zelar pela Segurança Nacional sôbre acontecimentos que normalmente não chegariam ao seu conhecimento, ou se chegarem, apresentarse-iam deturpados. Assim esperam sejam tomadas as providências necessárias.

Entretanto, até mesmo dados que parecem ao observador-informante carecer de qualquer valor, não devem ser desprezados. Pode constituir êle de suma importância, completando o conjunto, o quadro informativo.

A revista *Seleções do "Readers Digest"* publicou há algum tempo um fato que ocorreu em pequena cidade da Inglaterra e que poderá ilustrar bem a idéia.

Duas senhoras inglesas desejavam oferecer um presente à rainha, por ocasião do seu aniversário. Como não podiam comprar coisa de valor, lembraram-se de que em uma casa de antiguidades, próxima, estavam expostas há bastante tempo, duas peças de xadrez artisticamente trabalhadas. O negociante vendeu-lhas por alguns "shillings" e elas mandaram o presente para o Palácio de Buckingham. Com grande surpresa recebem um cartão de agradecimentos pelo valioso presente e um convite para visitarem o Palácio. As duas peças a que ninguém do lugar emprestara a menor importância eram as duas últimas que faltavam para completar o jogo de xadrez de Henrique VII, do mais fino marfim, de alto preço.

A revista "Newsweek", do dia 8 de maio de 1961, publicou um artigo a respeito da A.C.I., sigla com que é conhecida a Agência Central de Informações americana, em que mostra que até o lixo pode prestar inestimáveis serviços como elemento informativo.

Deixemos falar JAMES M. CANNON — "Depois que os passageiros deixaram o avião da "Russian Aeroflot" no campo fora de Viena, uma tripulação de terra veio a bordo para a limpeza e apresentar o aparelho para o vôo de retôrno. Havia a desor-

dem usual — uma revista amassada, lenços de papel, restos de sanduíches, garrafas vazias — foi tudo para o lixo, juntamente com um cabide de casaco desmontável e um copo quebrado. Algumas horas mais tarde, o concessionário da coleta de lixo do aeroporto carregou-o na sua carreta e atirou-o fora. No caminho para o despejo, parou e livrou-se da caixa do lixo soviético, que tinha sido guardado separado, entregando-a a um homem que queria pagar pelo lixo. O homem não era um louco colecionador; era um agente da A.C.I.

Procurando no lixo, o agente encontrou o cabide e lembrou-se de que estava na sua lista de prioridades. Juntou-o a outras coisas, enrolou tudo e deixou num lugar predeterminado — neste caso um caixote em uma estação movimentada de estrada de ferro. Quando o pacote chegou ao quartel mais próximo da A.C.I., os superiores do agente ficaram maravilhados. Para eles, o que parecia um cabide comum era mais valioso que diamantes.

A A.C.I. sabia, por fragmentos de informações agrupadas, que os russos estavam construindo um poderoso bombardeiro de longo alcance.

Sabia acêrca dos testes de vôo, número de aparelhos em produção e tinham mesmo fotografias do aparelho.

Não sabiam seu alcance ou raio de ação, mas que raspas do material da asa eram derretidas e transformadas num determinado tipo de cabide. Finalmente a A.C.I. tinha obtido um. Por meio de testes químicos e espectro-análise, a Agência concluiu exatamente que metais estavam sendo usados na asa do aparelho. A fórmula da liga era a última peça do quebra-cabeça; com isto, os especialistas em engenharia aeronáutica da A.C.I. puderam dizer qual o alcance e qual o raio de ação do bombardeiro soviético”.

Todavia é de desanimar diante das dotações que são atribuídas às Seções de Segurança Nacional e mesmo à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional em suas verbas de caráter reservado, quando grandes potências (Estados Unidos, França, Inglaterra, etc. e os países comunistas) gastam centenas de milhões de dólares por ano e têm verdadeiros exércitos de especialistas em informações. (2)

A Comunidade de Informações, a que nos referimos acima, é um conjunto de órgãos cuja finalidade principal consiste em

(2) “O Globo” do dia 2 de fevereiro de 1961, publicou um artigo de Tom Pocock, aliás, confirmado por uma notícia de Joseph Fleming — “O Globo” — de 8 do mesmo mês — onde se vê que os EE.EE. e a URSS consomem anualmente quantias fabulosas — 350 milhões e 2 bilhões de dólares, respectivamente, para manterem seus serviços de Segurança Nacional.

manter informadas a respeito de todos os assuntos, tanto os referentes à política interna quanto à externa, as altas autoridades do país.

Assim como à medida que galgamos a encosta de uma montanha cada vez maior se torna o horizonte que descortinamos, à proporção que se sobe na escala hierárquica de uma organização mais cresce nosso campo de ação.

O que se observa, então, quando uma autoridade colocada em nível elevado do escalão governamental tem de levar a cabo um programa de atividades, indispensável é que conheça as condições nos diversos campos que serão atingidos pelas medidas tomadas, bem como as conseqüências que daí resultarão.

Quando, por exemplo, o Ministro da Fazenda sugere uma política financeira, deverá estar senhor dos reflexos que terá ela na Indústria, no Comércio interno e externo, na Agricultura, etc. E' mister conhecer também as reações do povo em face das dificuldades ou facilidades que resultarão e que se projetarão no custo de vida, reflexos que, além dos campos econômico e psicosocial, se farão sentir no político e no militar.

Tôda essa completa gama de conhecimentos que precisam ser prestados no tempo oportuno, com propriedade e fidelidade só se consegue através da Informação.

HISTÓRICO

Perde-se na noite dos tempos a época em que o homem passou a utilizar-se da Informação para conhecer suas possibilidades e as do adversário, a fim de poder enfrentá-lo com vantagem.

Uma das primeiras notícias que se tem do emprêgo da Informação com tal objetivo está na Bíblia, Livro de Números, capítulo 13:

“Disse o Senhor a Moisés: Envia homens que espiem a terra de Canaã, que eu hei de dar aos filhos de Israel;... Enviou, pois, Moisés a espiar a terra de Canaã; e disse-lhes: Subi ao Negebe e penetrai as montanhas. Vêde a terra, que tal é, e o povo que nela habita; se é forte ou fraco; se poucos ou muitos. E qual é a terra em que habita, se boa ou má; e que tais são as cidades em que habitam, se em arraiais, se em fortalezas. Também qual é a terra, se fértil ou estéril; se nela há matas ou não”.

MOISÉS ordenou aos seus espiões que colhessem sobre a terra de Canaã e seu povo informações que podemos classificar como

geográficas, políticas, psico-sociais, econômicas e militares. (Mais adiante falaremos de cada uma delas com maiores detalhes). E assim, de posse de tais informações, Moisés pôde traçar um quadro completo das possibilidades do inimigo a fim de evitar qualquer surpresa.

É, aliás, o que em seu livro "Tratado Sobre a Arte da Guerra" ensinava SUN TSU, velho cabo-de-guerra chinês, de época remota:

"Se conheceis o inimigo e a vós mesmos, não precisais temer pelo resultado de 100 batalhas; se vos conheceis, mas não ao inimigo, para cada vitória sofrereis uma derrota; se não conheceis nem a um nem a outro, sereis sempre derrotado".

Houve, contudo, um grande desinterêsse pelo assunto durante a época da Cavalaria na Idade Média. Os guerreiros entendiam que o combate devia travar-se somente entre cavaleiros e estes jamais lançariam mão da informação colhida por espões para conhecer as forças do adversário.

Já os orientais adotavam uma filosofia diferente. E' o caso de GENGIS KAN, servindo-se dos mercadores, dos viajantes, enfim de toda sorte de informantes, para conhecer as defesas de que dispunham as cidades que pretendia assaltar, bem como sobre o potencial dos seus exércitos. O resultado é que sempre que entrava em luta, levava o inimigo de roldão.

Embora os Estados sempre tivessem lançado mão da informação para as finalidades acima apontadas, seu emprêgo era feito sem um estudo sistematizado, o que só se deu no tempo de FREDERICO, o Grande, devendo-se ainda a um seu compatriota, WILHELM STIEBER. os trabalhos precursores da organização dos serviços secretos nos moldes hoje existentes.

MODALIDADES DA INFORMAÇÃO

Cada Estado-Nação (3) procura alcançar seus Objetivos Nacionais que, naturalmente, são diversos de um para outro, e que representam os supremos interesses da Nação, como por exemplo: o bem-estar dos seus jurisdicionados, a segurança interna e o respeito na esfera internacional, etc.

Têm eles por isso de adotar Políticas, às vêzes antagônicas entre si e Estratégias (5) que lhes facultam usar todos os recursos de que dispõem.

Necessitam, pois, os dirigentes de cada Estado-Nação de informações em cada nível da estrutura político-administrativa, as quais lhes permitirão conhecer os fatores políticos, econômicos,

psico-sociais, militares, etc., que efetivamente possuem, bem como as reservas que poderão ser empregadas, no futuro. E também, de informações sôbre os mesmos temas a respeito dos outros Estados-Nações, para que se possa estabelecer uma comparação entre êles.

Tais informações classificam-se em três (3) modalidades: *descritivas, correntes e estimativas.*

A *informação descritiva*, como bem o define seu qualificativo, tem por finalidade colhêr conhecimentos tanto quanto possível minuciosos dos elementos constitutivos de uma Nação. Vale dizer: tem por finalidade descrever a natureza dos mesmos de maneira precisa em seus aspectos mutáveis e imutáveis.

Entre os *primeiros* estão a população e os fatores psico-sociais, econômicos, políticos, etc. Entre os *imutáveis* figuram o clima, os acidentes geográficos, etc.

Essa modalidade de informação pode ser colhida com relativa facilidade, no documentário que em geral, existe à disposição do pesquisador. São as publicações oficiais e semi-oficiais, e mesmo particulares, que circulam livremente. Assemelha-se ela a uma fotografia de certa época, em virtude do que recebe também o nome de *informação estática.*

Não basta que se tenha conhecimento de um assunto; há que se manter atualizado êsse conhecimento, e a informação que responderá a isso é a *corrente* ou *evolutiva.*

Do confronto dêsses dois quadros pode-se chegar ao conhecimento das alterações que se verificaram devido à própria evolução da vida política e social da Nação.

O pesquisador que examinar os dados já apontados pela informação descritiva terá por finalidade atualizá-los, lançando mão da informação corrente que é considerada uma *informação dinâmica.*

Tendo às mãos a informação descritiva e a informação corrente, o pesquisador tentará determinar o rumo dos acontecimentos conforme as circunstâncias. Já sabe como os fatos *aconteceram* e como estão *acontecendo*; sua tarefa será prever como acontecerão. A informação que responde a isso é a *estimativa.*

Seu objetivo, é pois, de suma importância. Através dela é que o pesquisador procurará conhecer o elemento genético que ocasiona as modificações. E' por isso muito mais difícil de ser colhida do que as duas outras pelo que apresenta de sutil e, muitas vezes, de imponderável, exigindo grande dose de inteligência e não menores conhecimentos psicológicos, econômicos, políticos, etc.

O papel da informação estimativa é, procurando conhecer as possibilidades e os fatores que poderão advir, rasgar as cortinas

do futuro, a fim de evitar acontecimentos inesperados. Embora devesse constituir uma tarefa própria de um "Super-Homem", só se conseguirá tal *desideratum* com muito trabalho e dedicação, especulando cuidadosamente todos os meios de que dispõe a Nação no momento atual e os de que poderá dispor um dia, quando necessários.

A informação estimativa que deverá facultar à Política e a Estratégia traçarem um plano onde houvesse um mínimo de perigos imprevisíveis, é, por sua vez, resultante das informações descritivas e evolutivas, podendo todavia ser a consequência somente de um ou de outras.

Tudo que foi dito resume-se no seguinte: a informação descritiva fornece o conhecimento *fundamental* sobre um assunto; a evolutiva, as *modificações* que êle apresenta, e a estimativa, por isso também chamada *conclusiva*, permitirá ao pesquisador *antecipar ilações* a respeito.

MODALIDADES DA INFORMAÇÃO

Inf. descritiva	Inf. corrente	Inf. evolutiva
Demonstra como os fatos ocorreram (passado)	Demonstra como os fatos estão ocorrendo (presente)	Procura demonstrar como os fatos ocorrerão (futuro)

NATUREZA DA INFORMAÇÃO

Pareceria lógico que a natureza da Informação fôsse a mesma da do campo em que é ela colhida. Assim, quando se desejasse uma informação econômica, bastaria que se efetuassem buscas no campo econômico; quando política, no político, etc. De acôrdo com êsse critério não haveria dificuldade em se obter uma Informação que fôsse necessária.

Teríamos informações psico-sociais, militares, fisiográficas, biográficas, científicas, etc., e conforme a natureza dos fatores que integram os vários campos tantas seriam elas.

Êsse critério não merece, entretanto, ser aceito sem ressalvas, porque uma Informação colhida no campo militar indo elu-

cidar um assunto econômico, psico-social, será econômica, psico-social, etc. Dessa forma, o que *principalmente* caracteriza a natureza da Informação é sua finalidade.

CATEGORIAS DA INFORMAÇÃO

Segurança Nacional é "o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares, um Estado proporciona a coletividade que jurisdiciona para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais, não obstante a ação adversa de fatores internos e externos".

Da conceituação supra depreende-se que os responsáveis pela Segurança Nacional a fim de propiciar-lhe aquêlê "grau relativo de garantia", têm de planejar a Política Interna e Externa a serem seguidas, incentivar o desenvolvimento econômico, técnico-científico, etc. e assegurar-lhe, entre outras coisas, "bem-estar" e a tranqüilidade que constituem das mais justas aspirações humanas.

Tais propósitos se consubstanciam nos *Objetivos Nacionais*. A consecução dêsses objetivos não se processa, em geral, em ambiente de facilidades. Ao contrário. E' freqüentemente obstada por fatores antagônicos, que podem ser originários de causas tanto internas quanto externas. Vale dizer: essas causas prendem-se a interêsses que dizem respeito sômente à vida íntima do Estado, ou a interêsses de outros Estados.

Diante disso, o próprio govêrno vê-se compelido a anular a ação contrária dêsses fatores, devendo estabelecer um Conceito Estratégico Nacional (CEN); que compreende os *Objetivos Nacionais Atuais* (ONA) e as respectivas *políticas de consecução*.

Não sendo possível alcançar, desde logo, os Objetivos Nacionais que, por apresentarem um aspecto de longa duração ou de mutação difícil, recebem o qualificativo de Permanentes (ONP), o govêrno estabelece objetivos que são verdadeiras etapas, estratégicos — os ONA, para por fim chegar aos primeiros. Ainda, objetivando a concretização dos ONA, tem o govêrno de estabelecer linhas de ação, aliás, indispensáveis — as políticas de consecução.

Contudo, para que possa êle fixá-los, terá de conhecer seu Poder Nacional sua capacidade e limitações, bem como a capacidade e os propósitos dos demais Estados-Nações, aliados ou não. Terá, também, necessidade de colhêr elementos que lhe possibilitem conhecer quais os antagonismos que, internamente, poderão dificultar a consecução e a preservação dos Objetivos Nacionais.

Do exposto infere-se que são diversas as categorias de informação, indispensáveis à Segurança Nacional.

Umam visam a dar ao Govêrno o conhecimento do Poder que a Nação efetivamente tem e com o qual estará capacitada a propiciar a garantia desejada às *Informações Internas*.

Resultam não só das buscas realizadas em publicações oficiais, como de pesquisas de natureza mais delicada que permitirão conclusões oportunas e lógicas sôbre a situação.

Outras têm por escopo fornecer os dados necessários para se conhecerem os propósitos das demais Nações, bem como suas possibilidades que poderão contrariar os Objetivos Nacionais ou com êles virem a colaborar — as *Informações Externas*.

Há, ainda, um terceiro grupo. São as informações cuja finalidade é demonstrar os antagonismos que por ventura, existindo no território nacional, motivados por questões internas ou por interesses alienígenas, representam um risco efetivo ou em potencial para a Segurança Interna — as *Informações de Segurança Interna*.

A elas cabe a grave e importante missão de descobrir qualquer movimento subversivo, bem como sua natureza e zona de ação para, em tempo, serem sufocados.

De acôrdo com o que foi exposto, três são as categorias da Informação: Interna, Externa e de Segurança Interna, que, por seu lado, se dividem em tantas espécies conforme a natureza dos fatores que integram os diversos campos de atividades de um Estado-Nação.

Podendo êsses fatores ser fisiográficos, econômicos, políticos, etc., teremos Informações Internas Fisiográficas, Informações Externas Políticas, Informações de Segurança Interna Econômica, etc.

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

Cabe aqui uma observação, aliás, importante. Tendo em vista que o conceito atual de Estratégia abrange não só o campo político, mas todos os outros campos de atividades de um Estado-Nação, qualquer que seja a modalidade ou a categoria de uma Informação passará ela a ser considerada como *Informação Estratégica* sempre que se referir a assuntos que interessam diretamente à Segurança Nacional.

A *Informação Estratégica* representa o principal instrumento para que se possa formular um levantamento estratégico de uma Nação, constituindo êle

“a apuração de todos os fatores fisiográficos, psicossociais, políticos, econômicos, científicos e técnicos, militares, etc. — que determinam ou condicionam o seu potencial e a sua importância estratégica”.

<i>Informações Internas</i>	<i>Informações Externas</i>	<i>Informações de Segurança Interna</i>
Dão ao Governo o conhecimento do Poder que a Nação tem no momento, e com que poderá propiciar o grau de garantia desejada.	Têm por finalidade fornecer elementos sobre os propósitos e as possibilidades das outras Nações que poderão contrariar os objetivos nacionais ou com eles colaborar.	Visam a conhecer os antagonismos internos ou externos que existem ou que poderão surgir.